

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA SOVIÉTICA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA DO GOVERNO VLADIMIR PUTIN: UMA ANÁLISE DA CRISE DA CRIMEIA¹

Ariovaldo Alves Cruz de Figueiredo²

Resumo

Este trabalho busca analisar a política externa da Rússia promovida pelo governo Vladimir Putin, no período posterior à dissolução da União Soviética, por meio da reprodução de padrões soviéticos. Esses padrões soviéticos são representados pelos movimentos da Rússia na região e pela *memória soviética* explicada no exposto por meio de uma perspectiva de anexação, unidade territorial e identidade. Por meio de uma abordagem hipotético-dedutiva e de procedimento histórico, o estudo se desenvolve de modo a examinar processos e acontecimentos anteriores ao momento tratado – tal qual a política externa da União Soviética em relação à integração, a identidade e o processamento de dissolução do bloco soviético, por exemplo –, buscando validar os graus de influência desses fatos históricos para a sociedade russa atual. Nesse sentido, quanto aos procedimentos de coleta, desenvolver-se-á um estudo de caso no que concerne o processo de anexação da Crimeia em território russo. Algumas das teorias que serão examinadas neste ponto são: a teoria construtivista e a construção de identidade; teoria de segurança da Escola de Copenhague e suas derivações; a Teoria Clássica de Complexo de Segurança e, por conseguinte, a reverberação que resulta nos Complexos de Segurança e Complexos Regionais de Segurança; entre outras. Após o arcabouço teórico ser explanado, a abordagem desse será em relação à questão histórica que permeia o estudo. Sendo assim, haverá a retomada simplista do histórico imperial da União Soviética e dos primeiros anos de Federação Russa; e, por fim, a trajetória política de liderança de Vladimir Putin. Finalmente, com teorias e levantamento histórico já expostos, o último momento anterior à conclusão é o da análise do caso. Será analisado como a memória soviética pode influenciar nos processos de securitização da política externa da Rússia, sob a ótica da anexação da Crimeia. Com isso, o argumento de que a liderança de Vladimir Putin, bem como a política da memória são pontos fatídicos para o desenvolvimento e argumentação das ações promovidas pela Federação Russa em sua política externa é, paulatinamente, reafirmado.

Palavras-chave: Crimeia; memória soviética; Rússia; segurança internacional; Ucrânia.

Abstract

This paper aims to analyze Russia's foreign policy by the government of Vladimir Putin, in the period after the Soviet Union's dissolution, through the reproduction of Soviet standards. These Soviet patterns are represented by the movements of Russia in the region and by the Soviet memory explained in the foregoing through a perspective of annexation, territorial unity and identity. Through a hypothetical-deductive approach and historical procedure, the study is developed to examine processes and events prior to the moment in question - such as the Soviet Union's foreign policy regarding integration, identity, and dissolution Soviet bloc, for example

¹ Artigo apresentado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 15 de dezembro de 2017, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Cardozo.

² Discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

- seeking to validate the degrees of influence of these historical facts for present-day Russian society. About that, regarding the collection procedures, a case study will be developed with regard to the process of annexation of Crimea into Russian territory. Some of the theories that will be examined in this point are: the constructivist theory and the construction of identity; security theory of the Copenhagen School and its derivations; the Classical Theory of Security Complex and, therefore, the reverberation that results in the Complexes of Security and Regional Complexes of Security; among others. After the theoretical framework is explained, the approach will be in relation to the historical question that permeates the study. Thus, there will be a simplistic revival of the imperial history of the Soviet Union and the early years of the Russian Federation; and the political leadership trajectory of Vladimir Putin. Finally, with theories and historical research already exposed, the last moment of this study before the conclusion is the analysis of Crimea's case in 2014. It will be analyzed how the Soviet memory can influence the processes of securitization of Russian foreign policy, from the perspective of the annexation of the Crimea. Thus, the argument that Vladimir Putin's leadership as well as the politics of memory are fateful points for the development and argumentation of the actions promoted by the Russian Federation in its foreign policy is gradually reaffirmed.

Keywords: *Crimea; international security; Russia; Soviet memory; Ukraine.*

Introdução

No ano de 2012, Vladimir Putin assume a presidência da Federação Russa pela terceira vez não-consecutiva. Enquanto não esteve à frente do governo do país, esteve sempre presente na formulação das políticas da Rússia. Participou do governo de Boris Yéltsin, primeiro presidente da Federação, como primeiro-ministro. Em seguida, ao fim do mandato de Yéltsin, assumiu como presidente interino, até ser eleito duas vezes consecutivas (eleições de 2000 e 2004) com a maioria dos votos. Repetindo a tradição, ao não estar na liderança, foi um dos dois primeiros-ministros de Dmitri Medvedev.

As políticas adotadas por Putin ao longo de seus mandatos são de um estadista nato com preocupações voltadas à retomada de poder estatal anteriormente experienciada pelo território em regime soviético. Assim sendo, a memória do *império soviético*, assim denominado informalmente durante a Guerra Fria devido à bipolaridade existente e seu grau de poder mundial, pode ser considerada como uma das bases que guiam as atividades desenvolvidas por ele. Partindo disso, surge o estudo em relação à denominada *memória soviética*: anseios baseados em experiências vividas no período soviético a serem aplicados atualmente na política externa da Rússia.

Para além de alguns debates tradicionais, com análise voltada à economia do bloco soviético, baseados no retorno ao modo de produção comunista, o debate aqui criado é em relação à identidade russa. Essa identidade baseia-se mais no teor político e geopolítico da memória soviética, estando ligado à tentativa de maior integração entre as ex-repúblicas com a

Rússia, tornando-a novamente uma liderança mundial como vivenciado no período de União Soviética.

Alguns acontecimentos marcam essa tentativa russa de maior poderio regional por meio de um discurso identitário, de anexação e de recordações soviéticas. Um dos exemplos que pode ser analisado é o da Crise da Crimeia, ocorrida em 2014, com a disputa territorial entre Ucrânia e Rússia. Essa se vale da instabilidade no sistema político crimeu para trazer à tona o debate aos habitantes da república autônoma sobre a ânsia de se tornarem russos, já que a Crimeia “sempre foi e sempre será parte da Rússia” (G1, 2014).

A dinâmica de anexação da Crimeia vai muito além de problemas domésticos ucranianos ou da adesão de uma república ao território russo. As atividades desenvolvidas naquela região trazem de volta à Rússia um poder que há algum tempo não tinham: impor sua vontade e anseios à comunidade internacional de forma efetiva e clara. Por meio da securitização, o governo russo posicionou bases militares e tropas afim de preservar seus interesses, com a justificativa de também fornecer proteção a seus cidadãos, aos ucranianos e crimeus (G1, 2014).

À vista disso, o tema a ser tratado no trabalho é em relação às ações da Federação Russa nessa região, definida como pós-soviética. O estudo será realizado por meio da análise da securitização da política externa da Rússia no caso da crise da Crimeia – que acabou por terminar na anexação dessa ao território moscovita. Com base nas informações supracitadas, esta pesquisa se desenvolverá sendo norteadas pelo seguinte questionamento central: como os processos de securitização da política externa russa, fundamentados pela memória soviética, podem tipificar a presença na região e sua promoção de práticas políticas promovidas pela Rússia?

Pensando na questão acima, por meio do encadeamento de securitização da política externa russa em relação à crise da Crimeia, é possível dizer que a memória soviética na Rússia possui uma forte influência nessa sistemática, estando intensamente ligado ao posicionamento como superpotência experienciado pela União Soviética no período de Guerra Fria. A Rússia, por meio da intervenção promovida, mostra-se com esforços para acionar uma segurança societal, assegurando a identidade coletiva soviética na região euroasiática, composta também pelas demais ex-repúblicas que compunham a União Soviética.

2. Arcabouço teórico: estudos sobre segurança e memória

2.1 O Construtivismo nas Relações Internacionais

O Construtivismo, inicialmente apresentado por Nicholas Onuf em 1989 com a obra *World of Our Making*, é uma alternativa aos estudos tradicionais de Relações Internacionais por trazer consigo a importância dos fatores culturais e identitários para o debate teórico – algo não abordado anteriormente. A partir de 1992, com o artigo *Anarchy is What States Make of It*, Alexander Wendt amplia o estudo da vertente, tornando-se um dos nomes mais importantes, principalmente a análises relacionadas ao Construtivismo identitário.

Diversas identidades são capazes de compor um único indivíduo inserido em determinada sociedade, já que cada uma delas é um apanhado de fatores múltiplos, tais quais: práticas, linguagem, vocabulário, características físicas, comportamentos, vestimentas, falas, escritos, etc.. Vale ressaltar que as identidades poderão aparecer em mais de um discurso, bem como em nenhum, quanto mais unitárias e pessoais essas forem (HOPF, 2002).

Para Wendt (2013), os Estados possuem identidades e, por consequência, emitem sinais que constroem essas, agindo como base para identificação de outros Estados também. Ou seja, as identidades são entendimentos perduráveis que atores penetrados em um sistema social tem sobre sua própria identificação e como essa ajuda a determinar a de outros em um prisma comparativo.

Ao analisar o processo identitário associado os interesses dos agentes, Wendt afirma que esses escolhem nas suas próprias identidades o que serão, prosseguindo no que mais lhes contempla, implicando em qual das identidades disponíveis o indivíduo irá optar. Porém, já é sabido que essas identidades não estão sozinhas, mas sim acompanhadas de todos os discursos supracitados e da estrutura cognitiva social. (HOPF, 2002).

(...) pegue um grupo de pessoas, uma ou várias nações e metaforicamente os arremesse ao ar. Para onde, como, quando e porquê eles vão não é inteiramente determinado por forças ou constrangimentos físicos; no entanto, de mesmo modo não depende inteiramente de preferências pessoais ou escolhas nacionais. Depende também de seu conhecimento compartilhado, do significado coletivo que eles atribuem à situação, de sua autoridade e legitimidade, das leis, instituições e recursos naturais que eles usam para achar seu caminho, de suas práticas, ou mesmo, algumas vezes, de sua criatividade conjunta (ADLER, 1999, p. 203).

Segundo Ted Hopf (2002, p. 3, tradução nossa), ao tratar do Construtivismo como teoria e método, “a sociedade é assumida a consistir uma estrutura cognitiva social interna que opera diversas formações discursivas. Identidades constituem essas formações”. Por possuírem diversas identidades, os indivíduos estão intermetidos em uma gama diversa de formações

discursivas, capazes de se diferenciarem dos demais por meio de padrões sociais comuns e diários que os constituem.

Wendt, refere-se à identidade coletiva como a constatação de um Estado sobre seus interesses, mesmo que parcialmente. Ao promover essa compreensão, identifica a si mesmo e ao outro agente, sem necessidade de processos institucionais e/ou instrumentais de adequação ou consequências. Em suma, segundo Mielniczuk (2006, p. 231), em alusão aos estudos de Wendt, afirma que “os Estados só são o que são porque possuem uma base material e um grupo de indivíduos capaz de vinculá-la a uma narrativa”.

Destarte, há a criação de processos valorativos acerca do mundo, onde os indivíduos podem se identificar como pertencentes a um determinado lugar por se considerarem daquela nação – as diferenças foram diminuídas, ao passo que as semelhanças foram ressaltadas, resultando em um grupo coeso. Além disso, vale lembrar que governantes e tomadores de decisões da política externa fazem parte de grupos e são influenciados por significados coletivos.

Dessa forma, segundo Ted Hopf (2002, p. 37, tradução nossa), “todo decisor de política externa é tanto um membro da estrutura cognitiva social que caracteriza sua sociedade quanto qualquer outro cidadão comum”. Esses argumentos serão aplicados à estruturação e justificativa da memória soviética desenvolvida nas práticas de política externa russa (ADLER, 1999).

2.2 Escola de Copenhague na construção dos estudos de segurança

Assim como o Construtivismo surgiu da necessidade de abordar temáticas ainda não exploradas nas teorias tradicionais, na temática de segurança, estudiosos desenvolvem um novo olhar sob os eventos históricos do pós-2ª Guerra Mundial, desenvolvendo uma nova abordagem teórica nessa temática. A disciplina de segurança se desenvolve na Europa buscando um entendimento maior em relação às dinâmicas interestatais, surgindo a Escola de Copenhague, em 1983. Muito do que se iniciou em meados da década de 1980 mantém-se em voga nos estudos atuais de Relações Internacionais. As teorias de segurança utilizadas na argumentação desse trabalho, por exemplo, advêm desse debate acadêmico.

A Escola de Copenhague deriva da proposta de elaborar teorias de segurança que expandam seus debates para além do caráter militar, mas também associando aspectos econômicos, ambientais, sociais e políticos. Partindo inicialmente de um viés do modelo realista de segurança, os autores estudam essa corrente teórica para terem embasamento para criticá-la posteriormente, promovendo uma ruptura e o desenvolvimento de um novo debate. Sendo

assim, os pensadores que contribuem com a Escola têm fundamentos construtivistas, estando focados na construção de identidade dos agentes e outras abordagens relacionadas.

Posto isso, pode-se inferir sobre o modelo teórico da Escola de Copenhague, segundo Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998), que:

- Ao terem sua segurança e/ou possibilidade de existência ameaçadas, por intermédio do discurso, esses agentes envolvidos se tornam o objeto referente da análise;
- Em relação aos atores, os que possuem recursos suficientes ou autoridade para identificarem tal objeto referente em situação de ameaça, são denominados atores securitizadores;
- Os atores que influenciam a dinâmica de determinados setores, não estando em caráter de objeto referente ou atuando como atores securitizadores, são categorizados como atores funcionais.

Com certo atrelamento inicial ao realismo, Barry Buzan (1991) traz ao debate na primeira edição de *People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era* as problemáticas sociais, econômicas, ambientais e políticas à segurança internacional. Buzan traça o eixo de estudo por meio de uma noção estadocêntrica, onde o Estado é o centro referencial para analisar a segurança e as ameaças ambientais, econômicas e sociais, mas também reafirmando que a segurança estatal é o fundamental.

Ole Wæver (1993), com *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*, introduz o conceito de *segurança societal*, estudo novo e contrário à proposta anteriormente apresentada por Buzan, pautando a segurança internacional de acordo com as movimentações sociais, suas relações e demandas. Segundo Tanno (2003), a necessidade de mudança do pensar a segurança se justifica pelo fato de que:

Neste período a ocorrência de guerras étnicas no Leste Europeu demonstrou que a teoria até então proposta perdera a relevância, ao ser incapaz de analisar a segurança de outras entidades além do Estado. Inicia-se, neste ponto, um processo de desvinculação do conceito de segurança da lógica do Estado e sua consequente vinculação com as identidades nacionais. **Mostrou-se necessário que os pesquisadores estudassem tanto a segurança estatal quanto a segurança 'societal'**. (TANNO, 2003, p. 56, grifo nosso).

Surge também a necessidade de que os procedimentos adotados não estejam apenas sob influência dos agentes, assim como se obtenha o reconhecimento social da ameaça à segurança. Outrossim, Buzan; Wæver (1998) denunciam a securitização ilegítima, necessitando de políticas mais transparentes que sejam capazes de explicitar os fins das ações dos Estados. Pelo

fato de a construção de políticas estar estruturada em diversos setores, faz-se fundamental a defesa das lógicas individuais desses, examinando atores, códigos, normas, regras, discursos e, primordialmente, as especificidades relacionadas à segurança.

A Escola de Copenhague desenvolverá setores de segurança para que os processos de securitização sejam caracterizados e melhor identificados. Segundo Grace Tanno (2003), existem cinco setores, baseados na contribuição de Barry Buzan: o setor econômico, o ambiental político, o societal e o militar. Para a análise do presente trabalho, o enfoque deve permanecer nas três últimas categorizações citadas.

Para Tanno (2003), à luz de Buzan (1991), em relação ao setor militar, esse se sustenta em bases realistas, em que a perspectiva de securitização se pauta no caráter militar do Estado. Para diferenciar os estudos do Realismo e da Escola, os autores definem o estudo militar estrito e limitado como *Estudos Estratégicos* e o ampliado e abrangente, característico da Escola, como *Estudos de Segurança Internacional*. Por meio dos estudos de Buzan; Wæver (1998), a securitização está intimamente ligada e institucionalizada à esfera militar, devido ao monopólio da força por parte do Estado, sendo as elites militares – atores securitizadores – as responsáveis, nesse contexto, em promoverem ameaças à segurança doméstica. Segundo a autora, “é importante acrescentar que a Escola de Copenhague afirma a inexistência de correlação entre capacidade militar e sucesso dos processos de securitização” (TANNO, 2003, p. 63).

Buzan; Wæver (2003) irão analisar os processos de securitização dos chamados *complexos regionais de segurança (CRS)*, um movimento de regionalização de conflitos que, por meio da teoria, são facilmente tipificados. A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), proposta pelos autores propõe a análise de uma nova estrutura de balanço de poder³, por meio de relações combinadas em um cenário de regionalização e globalização.

A TCRS constitui um meio termo entre as teorias materialista⁴ e construtivista. O viés construtivista ampara-se nas teorias de securitização desenvolvidas anteriormente pelos autores⁵, fornecendo uma estrutura conceitual baseada em padrões identitários, processos políticos e distribuição de poder em padrões de estabelecimento de laços de amizade ou desarmonia (BUZAN; WÆVER, 2003).

(...) a teoria tem raízes construtivistas, porque a formação e o funcionamento dos RSCs dependem de padrões de amizade e inimizade entre as unidades do sistema, o

³ Com uma perspectiva de autonomia reduzida das potências globais nos complexos de segurança maiores, os complexos regionais de segurança dão maior dinamização a essas potências, bem como a outros atores incorporados à região.

⁴ Dado o enfoque deste trabalho e seus objetivos, o embasamento materialista da teoria não será abordado, restringindo-se à participação construtivista.

⁵ Buzan et al. (1998); Wæver (1995).

que torna os sistemas regionais dependentes das ações e interpretações dos atores, não apenas uma reflexão mecânica de distribuição do poder. Wendt (1999: 257, 301), por exemplo, torna a conexão explícita, ressaltando que sua teoria social pode ser aplicada a complexos regionais de segurança (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 40, tradução nossa).

Nesse ponto, é importante categorizar o que para os autores é definido como uma potência regional. Para Buzan e Wæver (2003, p. 491, tradução nossa), potência regional é o “ator que conta com a estrutura de polaridade de um complexo de segurança regional”. Resumidamente, é a liderança surgida em determinada região, onde o grau de influência (poder) da potência sobre os demais Estados se torna possível, porém suas capacidades não ultrapassam as fronteiras regionais, com pouca ou nenhuma amplitude no sistema internacional.

Em um sistema internacional com polaridade (bipolaridade, multipolaridade ou unimultipolaridade), essa situação não se torna fator determinante das relações estabelecidas no ambiente de segurança, porém pode afetá-lo em relação à balança de poder. Ademais, a TCRS proporciona estudos comparativos no âmbito da segurança regional: uma teorização capaz de fornecer ferramentas de predição de atitudes dos Estados de determinadas regiões e seus processos de securitização (BUZAN; WÆVER, 2003).

Hedler (2014), apresenta a investigação dos CRS como uma maneira de compreensão das diferentes dinâmicas específicas de poder regionais. A *securitização* é a percepção do agente securitizador em perceber uma ameaça, estando capaz de responder a essa sem que sua existência seja comprometida por tal ameaça.

O propósito da construção do estudo dos complexos de segurança regionais é ir além do que se é conhecido como segurança – em um plano de fundo tradicional –, com bases militares e políticas de suas ações. É notada a necessidade de descontinuidade em relação a temáticas tradicionais e inclusão de novos setores na agenda.

Sobre o setor político, o objetivo primordial é uma ruptura: desestruturar os regimes estatais por meio de ameaças políticas. Trazendo para a prática, existem ameaças intencionais e estruturais. Para Tanno (2003, p. 64), “ameaças estruturais originam-se, portanto, de conflitos entre princípios como liberalismo, comunismo, capitalismo, autodeterminação, democracia”. O fato de um Estado não reconhecer outro de maneira legítima, configura uma ameaça política de segurança. A Rússia ao não reconhecer o governo ucraniano na região da Crimeia, pode ser um bom exemplo desse movimento político.

Por fim, em relação ao debate do setor societal, trata-se de uma novidade introduzida pela própria Escola de Copenhague e seus autores. Mesmo mantendo o foco único no Estado (denominado como *objeto referencial*), a segurança societal (ou social) manifesta-se como uma

inovação problemática para o que já se era conhecido. Se a segurança está sempre relacionada ao Estado e sua proteção e preservação, “a ‘segurança societal’ significa a segurança do Estado contra a sociedade” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 70, tradução nossa). Nessa situação, é necessário ressaltar que a sociedade pode estar em um momento de insegurança, sendo necessário ativar um processo securitizador.

Nesse sentido, Wæver (1993) abrangerá os estudos de segurança para o caráter social, apontando que a segurança social é aquela capaz de contemplar qualquer coletivo que tenha sua sobrevivência em vias de ameaça, em termos identitários. Examina a sociedade de maneira ampliada, como um somatório e não mais de forma reduzida ao individual da população, trazendo para a argumentação a importância do conceito de *identidade coletiva* e a busca do grupo social, da sociedade em si por constituir uma entidade.

Consequentemente, ameaças ligadas à sociedade se configuram quando as entidades constituídas estão acometidas. Em *Identity, Migration and the New Security Order in Europe*, o autor facilmente elucidará a questão da memória soviética e os processos de securitização da política externa da Rússia, tratados ao longo deste trabalho:

(...) no sistema internacional contemporâneo, **segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis.** Especificamente, é sobre sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de **padrões tradicionais** de língua, cultura, associação, **identidade** e costumes religiosos e nacionais [...] **segurança societal refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade.** (WÆVER, 1993, p. 23, apud TANNO, 2003, p. 6, grifo nosso).

2.3 Estudos sobre a memória

Findando os estudos relacionados à securitização, parte-se para a construção teórica da memória e, por conseguinte, do que seria a memória soviética a ser analisada. Ao passo que se conhece o que é memória, a elaboração do conceito de memória soviética se torna mais simplificado. Iniciando por meio do conceito de *memória*, intimamente ligado ao que se conhece como *identidade*.

Para Pollak (1992, p. 204), a memória é componente básico da identidade individual ou coletiva ao ponto que “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Posto isso, destaca que a imagem construída ao longo dos anos acaba por representar algo construído pelo próprio agente e acaba por ser uma crença do que realmente acredita ser – podendo ser, muitas vezes, como gostariam de ser percebidos.

Por meio da leitura de Luiz (2011), é possível inferir sobre a construção dessa memória no território russo devido as lembranças e nostalgia tida em relação a grandiosidade vivenciada pelos soviéticos durante o grande polo de poder mundial representado pela União Soviética. O estudo da memória representa um importante artifício para o entendimento da política externa contemporânea da Rússia, visto o passado de glórias e conquistas. A memória de grandeza traz consigo o anseio pelo retorno a um estágio anterior a todo custo, remontando o império anteriormente vivido.

Burke (2000), aponta a memória enquanto um fenômeno histórico, de maneira a se tornar uma história social da ação de lembrar. Tendo a *memória social* como uma trajetória seletiva e individual, essa varia de acordo com sua localização, bem como de grupo social para grupo social, alterando-se com o tempo. Por esse ângulo, é possível afirmar que a memória é maleável – sendo necessário analisar seus limites –, mutável, necessária de compreensão de como se concretizam. Consequentemente, elas podem ser transmitidas de modo como a comunicação é empregada e objetivando os fins que seu interlocutor se esforça em atingir – dando validação por meio de reminiscências, que podem ter sido facilmente falseadas, manipuladas, positivadas ou negativas a seu favor.

Finalmente, após analisar a memória de modo geral e o que vem a ser a memória social, pode-se garantir que a *memória soviética* é a memória social aplicada ao desejo da Federação Russa, na representação de Vladimir Putin, de retorno ao patamar de poder presenciado anteriormente pela União Soviética. Para isso, vale-se de diversos artifícios que englobam a questão de identidade e de segurança, tanto estatal quanto societal para que anseios russos sejam atingidos e justificados por meio da construção da lembrança.

3 Federação Russa: o Estado emergido após a dissolução

3.1 Histórico imperial da União Soviética

A Revolução Russa, acontecida em 1917, ficou marcada por um grande encadeamento expansionista, sendo justificada por uma ideologia forte e unificadora. Na década de 1920, são formalizados esses esforços, dando origem ao que se é conhecido como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O Estado socialista, composto de variadas repúblicas⁶, promovia em seu território articulações de cunho político, militar e de segurança (estratégico),

⁶ Estando presente na região da Eurásia, a União Soviética tinha como capital Moscou (atual capital da Federação Russa), composta pelos seguintes atuais Estados: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

tudo isso por meio da ideologia que defendiam, movidos pelo anseio de oposição ao Ocidente (LUIZ, 2011).

O debate surgido é em relação a como se deu a existência do império soviético e quais são suas características particulares em um cenário de diversidade étnica e dinâmica interna peculiar aos demais impérios. Para entender a projeção soviética, é necessário o entendimento a priori do que se pode caracterizar como império⁷. Para Suny (2008) em alusão à teoria de Armstrong (1982),

(...) império é uma forma particular de dominação ou controle, entre duas unidades separadas por uma relação hierárquica, desigualitária [ou], mais precisamente, um Estado compósito no qual uma metrópole domina uma periferia em detrimento desta (Armstrong, 1982). Um aspecto muito importante é o de que a metrópole não precisa ser definida étnica ou geograficamente. Ela é a instituição dominante. Em suma, o império é uma estrutura estatal compósita, na qual **a metrópole é de alguma maneira distinta da periferia, e a relação entre ambas é concebida ou percebida pelos atores metropolitanos ou periféricos como uma relação, justificável ou injustificável**, de iniquidade, subordinação, e/ ou exploração. “Império” não é meramente uma forma de comunidade organizada politicamente [*polity*] (SUNY, 2008, p. 79-80)

Por esse ângulo, a preponderância de Moscou (na representação do que hoje é a Rússia) sob as demais regiões que integravam a União Soviética é uma amostra do que se é compreendido como desnível de poder, levado a uma subordinação e, conseqüentemente, à existência de um império soviético⁸.

A noção de império soviético apenas se tornou possível com a dissolução do bloco em 1991. Durante a década de 1980, designada como império de maneira pejorativa (*império do mal*), a União Soviética⁹ ganhou status imperialista ao atingir, historicamente, estágios mais avançados do socialismo – tornou-se *império de nações*, já que o imperialismo seria considerado como a etapa mais crescente desse modelo político-econômico (SUNY, 2008).

⁷ Outras interpretações parecidas sobre o que se entende como império podem ser estudadas. Sob análise de Suny (2008, p. 3), ao analisar o conceito de império, afirma que “por volta do século XVI, império assumiu o significado de *status*, Estado, relações políticas que mantinham grupos de pessoas unidas em um amplo sistema, mas desde os tempos romanos, ele já possuía um dos sentidos modernos de império como um imenso Estado, um “extenso domínio territorial”. Além disso, é possível dizer, segundo Padgen (1952, p. 16, apud SUNY, 2008, p. 3) que a ideia de império refere-se a império como “uma diversidade de territórios sob uma única autoridade”.

⁸ Pode-se dizer que o império soviético, além das nuances tradicionais imperialistas, apresenta características de *império informal*, tal qual definidas por Alexander Wendt e Daniel Friedheim (1995, tradução nossa, apud DESTRADE, 2010, p. 910) “estruturas de autoridade política transnacional que combinam um princípio igualitário de soberania *de jure* com um princípio hierárquico de controle *de facto*.”

⁹ O Estado soviético seria temporário em caráter ideológico: um momento entre o capitalismo, imperialismo e nacionalismo, agregado a uma revolução internacional do socialismo – algo que não foi concretizado, visto seu prolongamento desde a Revolução Russa (1917) e a criação da URSS (1922), participação na 2ª Guerra Mundial e Guerra Fria, até sua dissolução (1991).

Inicialmente, a proposta da União Soviética não era de unificação de seu povo, subordinação e imperialismo. Seu teor era anti-imperialista, integrativo entre as nações que a compunha; com presença de Estados soberanos em sua formação, voluntarismo e o anseio pelo fim da noção de Estado naquele território em um futuro próximo (consoante com a visão leninista). Essa proposta era discursada ao longo dos anos, mas por muitas vezes invalidada em suas ações (SUNY, 2008).

De fato, praticamente desde seu início a União Soviética replicou as relações imperialistas. A reunificação das terras russas, levada a efeito em condições de guerra civil, intervenção estrangeira e colapso do Estado, por um partido relativamente centralizado e pelo Exército Vermelho, criou uma relação injusta entre centro e periferia, imposta pela maior força física dos bolcheviques e sua determinação para usar a violência (SUNY, 2008, p. 86-87).

A metrópole, representada pela Rússia, possuía uma grande população comparada com a das demais unidades territoriais (tanto separadas quanto em conjunto) que compunham o Estado soviético. Para mais, com Moscou sendo o centro dos debates e da agenda da União Soviética, as relações de subordinação entre centro e periferia ficavam realçadas ao passo que a periferia, que não era russa, estava constantemente dependente dos anseios da metrópole russa¹⁰. Essa situação era justificada na confiança e fidelidade depositada na empreitada soviética geral e de orientação unitária que acabava por comutar identidades e lealdades individuais das demais repúblicas (SUNY, 2008).

3.2 O fim da URSS e os primeiros anos de Federação Russa

Gorbachev já presenciava muitos problemas para além da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)¹¹, seu motivo maior anunciado para a saída era uma economia desestabilizada, sem alternativas de solução. Porém, é sabida a presença de uma oposição ao seu governo e sua liderança – surgindo Boris Yeltsin¹² como um de suportes em contraste ao

¹⁰ Denomina-se metrópole *russa* para diferenciação entre as regiões do bloco soviético e para dinamizar o desenvolvimento do argumento sobre as relações posteriores ao desmantelamento da União Soviética das ex-repúblicas soviéticas com a Federação Russa.

¹¹ Dentre tantas forças que corroboraram para o colapso acontecer mais rapidamente, a fundação da CEI, por meio da assinatura de acordo entre Bielorrússia, Federação Russa e Ucrânia, e em 08 de dezembro de 1991, foi uma delas. A CEI, quatro dias antes da demissão de Gorbachev, já representaria a falta de esforços dos Estados em manter o bloco soviético erguido, que já se apresentava sem fundamentos e efetividade.

¹² Do primeiro mandato de Boris Yeltsin (1991-1996), ao seu segundo mandato em 1996, com renúncia em 1999, aonde Vladimir Putin assume como interino, sendo eleito posteriormente em 2000 e permanecendo por dois mandatos (2000-2004; 2004-2008) até Dmitri Medvedev tomar posse (2008-2012) e Putin retornar para um terceiro mandato até o ano de 2018 – o primeiro presidente da Rússia a exercer o mandato aumentado para 6 anos; a política externa russa passou por diversas reformulações, com agendas diferenciadas e enfrentamento de diversos cenários, diferentes dos vividos no período de Guerra Fria (1945-1989), internacionalmente que serão abordados ao decorrer deste trabalho.

golpe de Estado quase sofrido em 1991; problemas de política externa; uma supressão para manobrar politicamente ações de melhorias; e projetos audaciosos que despenderam o uso de vários recursos (ALTMAN, 2009; BUSYGINA, 2010).

Embora parecesse que, no final da década de 1980, a União Soviética estivesse no ápice de seu prestígio – com alianças espalhadas em todo o globo, grande poderio militar e forte influência na Europa –, com o fim da Guerra Fria em 1989 e, posteriormente, a dissolução do Estado soviético, o sistema internacional sofreu alterações substanciais, tanto em seus debates de políticas quanto no estabelecimento de poder entre os Estados. Os Estados Unidos emergiram como a única superpotência; os riscos de um embate direto nuclear ou militar (remetendo a invasões territoriais) foram diminuídos, senão improváveis; a hierarquia militar sofreu alterações significativas, passando por um movimento constante de alteração (BERTONHA, 2016).

Em relação às alterações internas, o fim da URSS foi um *turning point* na narrativa russa devido às profundas mudanças que trouxe consigo. A identidade russa deveria ser reconstruída, visto que perdeu sua força individual em 1955, assumindo identidade soviética nacional. Ao mesmo tempo, a Rússia deveria ser redirecionada para o momento glorioso e de poder vivenciado por aquela região durante a existência do Estado soviético (HOPF, 2002).

Com Yeltsin eleito democraticamente¹³ presidente da Federação Russa em julho de 1991, a política externa modifica-se, assumindo traços diferenciados dos que eram encontrados desde a criação da URSS. Além de mudanças no mapa europeu, o cenário internacional sofreu alterações significativas, em vários campos para além da política, como também em setores econômicos, estratégicos, sociais e militares¹⁴.

No primeiro governo russo, Boris Yeltsin, na tentativa de uma política de integração interna da CEI¹⁵, acabou por salientar e fortalecer uma dependência dos demais Estados em relação à Rússia, já que os seus incentivos não eram fortes os suficientes para possibilitar uma estrutura econômica. A dependência não ficou apenas no setor econômico e de financiamento,

¹³ Com o apoio daqueles contrários às medidas reformistas da *perestroika* e da *glasnost* e tendo seu reconhecimento por Gorbachev após a queda da União Soviética.

¹⁴ Em detrimento dos cortes na área militar, o arsenal nuclear russo foi diretamente afetado, mesmo sendo um dos “trunfos de poder” (RAFFESTIN, 1993) do Estado, um ponto chave para a defesa nacional. Na década de 1990 ainda, a comunidade internacional mobiliza-se movida pelo receio que ogivas fossem desviadas ou comercializadas, destinando-se para os países emergentes (antigos de Terceiro Mundo) ou até mesmo para o terrorismo – ambos que não fariam uso consciente desses recursos.

¹⁵ Atualmente, a CEI conta com a Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirquistão, Moldávia, Rússia e Tajiquistão como membros oficiais do grupo regional. Porém, ainda se tem o Turquemenistão com um Estado membro não oficializado e a Ucrânia como um Estado participante de facto, mas não oficializado como membro.

estendendo também para os setores industriais, comerciais, tecnológicos e energéticos. Apesar das tentativas e acordos assinados, a realidade de muitas das ex-repúblicas e do sistema internacional eram outras, acabando por não haver o cumprimento do que fora acertado previamente, repercutindo no equilíbrio da região (OLIVEIRA, 2013).

O pragmatismo russo foi continuado nos governos seguintes, baseado nos interesses econômicos e políticos da Rússia na Comunidade. Tanto Putin quanto Medvedev projetavam na integração regional uma forma de alavancar e projetar as expectativas russas internacionalmente, sendo a CEI ativada em situações que fossem benéficas para o Estado russo. Para a Rússia, a CEI¹⁶ permanece como um polo econômico que, ao se organizar, poderá trazer vantagens econômicas para a região e, principalmente, para o país (BUSYGINA, 2010; OLIVEIRA, 2013).

3.3 A liderança de Vladimir Putin, a importância regional e a memória soviética

No século XXI, a política externa russa remonta um reerguimento de sua força, sendo considerada por Busygina (2010) “a era do renascimento”, marcado por um momento em que a marginalização no cenário internacional vivenciada na década de 1990 é deixada por meio das ações políticas de Vladimir Putin. Porém, todo o *revival* não possui uma base sólida, ao passo que a dependência que anteriormente estava ligada às armas nucleares, passou a ser construída na questão energética (gás e petróleo).

Ao citar documentos oficiais russos de 2000, Freire (2013, p. 14) mostra que as pretensões russas eram de “preservar e fortalecer a soberania e integridade [russa], alcançar uma posição firme e de prestígio na comunidade mundial, totalmente consistente com os interesses da Rússia como grande potência”. Além disso, em relação à região, o Estado ressalta a importância do “desenvolvimento de relações de boa vizinhança e parcerias estratégicas com todos os países da CEI”. Ou seja, Putin mais uma vez ressalta publicamente a necessidade de participação dos demais países da região na política externa russa.

Em relação à estratégia militar russa, nos anos 2000, Putin apresenta uma política de projeção internacional estreitamente ligada ao alargamento do poderio militar, juntamente com a restauração do aparato militar da Rússia. Isso pode ser notado em momentos como a Guerra Russo-Georgiana (2008), os conflitos com a Ucrânia, a intervenção na guerra civil da Síria e a meta de 2020 para aumento da capacidade militar do país (BERTONHA, 2015).

¹⁶ Para Rakowska-Harmstone (1992, p. 545 apud MIELNICZUK, 2006, p.238), a CEI “(...) foi, indubitavelmente, motivada pelo desejo da Rússia de defender seus interesses e influência nas partes-chave da antiga União”.

Não é de se estranhar a liderança do chefe de Estado russo seja considerada a de “um estadista de primeira classe, diplomata – e um excelente jogador de xadrez”, segundo Peter Koenig (2015, tradução nossa). Putin traz consigo um discurso político que busca a identidade russa por meio da nostalgia soviética. Como estadista, promove uma administração bem estruturada, uma governança arrojada e de personalidade – muito disso pautado na sua própria figura de líder¹⁷. Como diplomata, leva à arena internacional os anseios russos, por meio da aplicação de uma política externa de anexação, nacionalista e de retorno do Estado russo à categoria de superpotência mundial. Como jogador de xadrez, busca poder de barganha ao executar estratégias sólidas, desafiando os que estão ali jogando com ele e, ao fim, atingir os resultados almejados de maneira total.

Por meio de entrevista realizada com Michael Stuermer¹⁸, Leonídio Paulo Ferreira (2016) questionou em relação à nostalgia soviética sentida por Putin, bem como a possibilidade de devolução de poder ao Kremlin após a dissolução. Para o historiador, aparenta-se certo apelo nostálgico, porém o governante vai além, valendo-se de elementos anteriores à União Soviética, já que os agentes do comunismo corroboraram com a derrocada do Império Russo e não se pode mais repetir esse feito com a Federação Russa. Vladimir Putin não só devolveu o poder ao Kremlin, ao passo que empregou-lhe uma lógica. Segundo Stuermer: “o Kremlin manda na Rússia. E Putin manda no Kremlin”¹⁹.

A vontade de transformar a Rússia novamente em um polo mundial de poder e influência está inserido direta e indiretamente na agenda política do presidente. Dentre todas as atividades adotadas por Putin para retomar o ressurgimento russo seja consistente, está o olhar voltado à Eurásia e na articulação de ações que promovam o protagonismo russo perante os outros componentes dessa região.

Apesar de ser vista ainda como a possível rival estadunidense em uma guerra e possuir grande importância nos assuntos internacionais, a Rússia não possui uma influência no sistema internacional como a dos Estados Unidos nos dias atuais. O país hoje é considerado uma

¹⁷ Com um olhar sobre as outras nações, Vladimir Putin foi um destaque surpreendente de apoio aos Estados Unidos na *guerra ao terror*. A surpresa se justifica pelo fato de Putin ter sido o primeiro líder a se comprometer em ajudar no combate ao terrorismo internacional ao qual Bush passava a se engajar. Nessa circunstância, as rivalidades tidas no mundo bipolar da Guerra Fria foram amenizadas – mesmo que a memória de combate ainda existisse (PECEQUILO, 2010).

¹⁸ Historiador alemão, formado pela *Free University of Berlin* reconhecido pelos seus estudos geográficos da história da Alemanha. Para além, em 2008, foi responsável pela publicação da biografia de Vladimir Putin. Por possuir diversos estudos relacionados à Alemanha e sua participação na Primeira Guerra Mundial, acabou por aprofundar estudos também na política russa e na figura de Putin.

¹⁹ Michael Stuermer também que acredita que a Rússia é um ponto de poder mundial capaz de realizar diversas façanhas que almeja, tal como a anexação da Crimeia e controle da porção leste ucraniana, além de decidir rumos em ações que se envolva, como a guerra na Síria.

potência regional por definição. Segundo Chase (1999, apud BUSYGINA, 2010, p. 225), “uma potência regional é o país que pode causar uma desordem em uma ampla região se ela colapsar”. Além disso, Busygina (2010) ainda apresentará a ideia de que a Rússia é um ponto de equilíbrio para as ex-repúblicas soviéticas, sendo a autoridade moral da região, exercendo um papel de provedor da paz (*peacemaker*).

Por esse ângulo, em relação à segurança internacional por meio de documentos oficiais a Federação Russa (2008, apud FREIRE, 2013, p. 20) afirma que:

(...) a Rússia reconhece plenamente a sua responsabilidade pela manutenção de segurança quer global quer regionalmente e está preparada para tomar medidas conjuntas com outros estados no sentido de encontrar soluções para problemas comuns. Mas se os nossos parceiros se revelarem mal preparados para desenvolverem esforços conjuntos, a Rússia, de modo a proteger os seus interesses nacionais, terá que agir unilateralmente mas sempre tendo como base o direito internacional (FEDERAÇÃO RUSSA, 2008, apud FREIRE, 2013, p. 20).

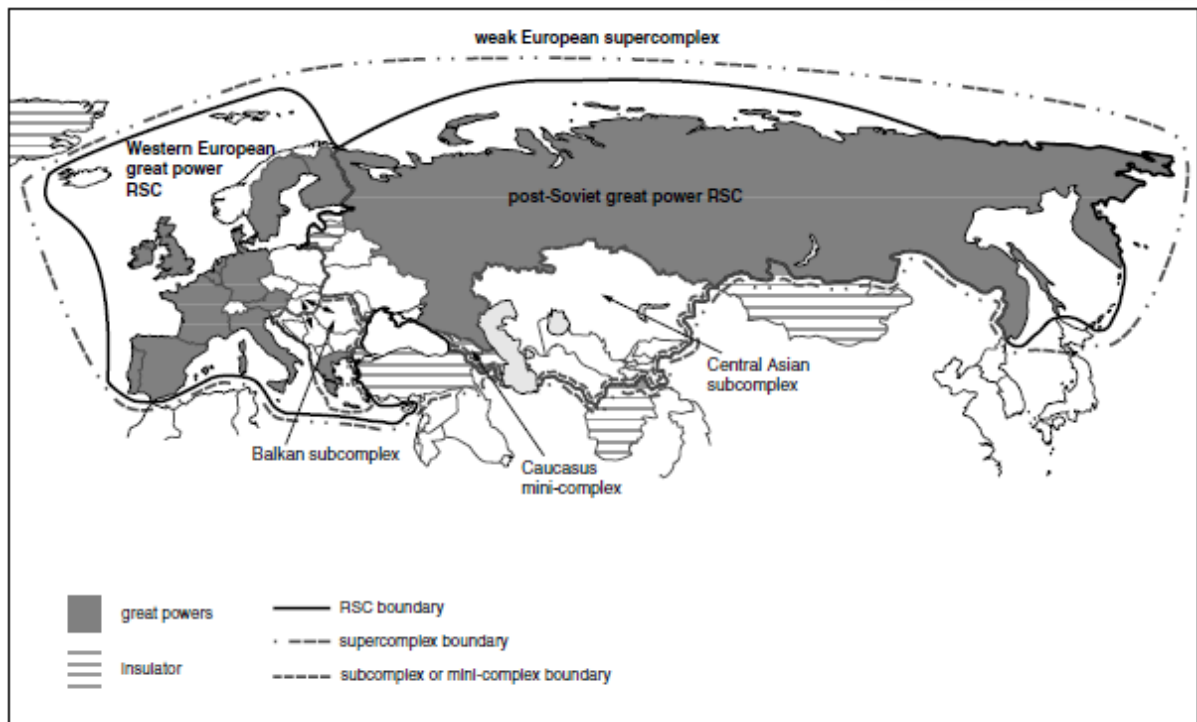
Como identificado por Buzan e Wæver (2003), a Rússia se mostra no sistema internacional como uma grande potência, devido à possibilidade de emergência a uma superpotência no curto ou médio prazo – algo que é mais dificultoso para potências regionais comuns, por não possuírem os níveis de capacidade muito desenvolvidos. Contudo, essa potência se insere em ambas denominações pelo fato de ser central no *Complexo de Segurança Regional Pós-Soviético* e também uma grande potência, por ter sido uma superpotência anteriormente. As superpotências quanto entram em fase de declínio de sua força, em âmbito mundial, passam a ser grandes potências²⁰.

As assimetrias de poder na área da antiga União Soviética são escancaradas, deixando claro a dependência de modo direto do desenvolvimento da agenda russa e do seu estabelecimento de relações com os Estados próximos. No Complexo de Segurança Pós-Soviético, é onde a capacidade de preponderância da Rússia é exercida regionalmente. A grande extensão desse complexo²¹ (conforme Figura 1) ajuda a visualizar os interesses imperiais de anexação da Federação para que, paulatinamente, mais poder e em maior escala seja exercido (BUZAN; WÆVER, 2003).

²⁰ Grande potências demandam menos poder que as superpotências, mas têm alcance maior que as potências regionais, estando capazes de operar em mais que uma região na maioria das vezes.

²¹ O Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético conta com a Federação Russa e os demais Estados que integravam a URSS, abrangendo as sub-regiões dos Países Bálticos; a Ásia Central; a parcela ocidental da região; e o Cáucaso em sua composição territorial.

Figura 1: *European Great Power Centred Regional Complexes Post-Cold War*



Fonte: BUZAN; WÆVER (2003, p. 350).

Mesmo desenvolvendo um posicionamento de liderança como uma potência regional, a Rússia enfrenta resistência dos ex-Estados Soviéticos, sendo esses constantemente rodeados pela União Europeia, OTAN e Estados ocidentais que buscam o afastamento russo das políticas desses países e, conseqüentemente, enfraquecer o grau de influência russo na região. Segundo Busygina (2010), apenas três das quinze repúblicas anteriormente anexadas ao território soviético são aliadas da Rússia: Bielorrússia, Cazaquistão e a Armênia.

Contraditoriamente ao que se pode pensar, as ex-repúblicas e seus anseios em construção da própria identidade nacional resultam da política plural de nacionalidades soviéticas, anteriormente citada. Ao tentar remontar uma identidade única, para colocar em prática suas pretensões regionais baseadas na vivência tida durante os anos que estiveram juntas, Vladimir Putin esbarra em resistências severas, acabando por adentrar e efervescer tensões e conflitos. Perante essa situação, o presidente traz uma restauração do orgulho nacional soviético (e, circunstancialmente, russo) por meio da memória soviética, na tentativa de aproximação dos demais Estados, para que alcance seus objetivos e diminua resistências.

A estratégia *near abroad*²² se torna um ponto chave de política externa para além da questão de segurança, como também para aplicabilidade de suas estratégias. Um dos motivos é o destino tomado pelas quase 25 milhões de pessoas de etnia russa ao fim da União Soviética. A assertiva que surge é: caso a Rússia busque se manter como uma grande potência, com defesa acertada, baseada em políticas de segurança sólidas, bem como futuramente ter a capacidade de influência na esfera global, a habilidade de influenciar dentro da CEI deve ser mantida e ampliada. As prospecções russas se tornam cada vez mais dependentes da consolidação da Comunidade (BUZAN; WÆVER, 2003).

Nessa perspectiva, já no ano de 1994, ainda como Primeiro Vice-Presidente de São Petersburgo, Putin demonstrava seu posicionamento ao afirmar veemente que “o que acontece com os russos étnicos além de nossas fronteiras é para nós uma questão existencial”. Levando em consideração a presença massiva de comunidade russa na maioria dos demais Estados que integravam a União Soviética (Figura 2), o argumento identitário e de nacionalismo se torna um aliado às políticas a serem desenvolvidas. Ações de cunho econômico, político, militar e expansionista, ganham respaldo na ancestralidade e na capacidade de os indivíduos se identificarem como russos, mesmo não estando em território nacional propriamente dito (STUERMER, 2008).

Por meio da *política da memória*, há o gerenciamento da memória de indivíduos e/ou grupos de modo a resultar em condutas variadas e em normativas sociais. É possível encontrar a execução dessa política que marca pontos significativos do passo em festividades; monumentos; museus; relevância dada a datas significativas em âmbito local ou nacional. A efetividade dessa ação está em enfatizar acontecimentos históricos pontuais e, aos demais, uma atenção secundária (MILLER, 2010).

Em relação às lembranças de tempos vivenciados do século XX, tanto as lideranças russas quanto parcela majoritária de nacionais russos não gostariam de reviver os percalços relacionados a um regime totalitário e a pobreza econômica que presenciaram, assim como buscam por líderes que se diferenciem de Leonid Brejnev²³ e que sejam capazes de manter a estrutura russa como um todo operando sem colapsos e rupturas. A busca do povo russo é pela sua identidade, revisitada nas memórias e almejada para o futuro por meio de similaridades que

²² A estratégia *near abroad* se refere à política exercida pela Rússia e determinadas ex-repúblicas soviéticas de caráter de proximidade, fronteira, região. Ou seja, relações da Rússia com as repúblicas recém-independentes que formaram-se após a dissolução da URSS ou entre elas mesmas.

²³ Governo marcado pela *Era da Estagnação* ou *Estagnação de Brejnev*, onde a União Soviética vivencia um período de ruínas econômica, social e política. As repercussões desse período foram as responsáveis pelas políticas adotadas por Gorbachev e, por não obter o êxito esperado, o colapso do Estado soviético.

os ajudem a se identificarem como tal. Ademais, a identidade coletiva aflora como uma forma de instrumentalizar a necessidade de preservação estatal e de determinados interesses concretos desse (MIELNICZUK, 2006; STUERMER, 2008).

Figura 2: Etnia russa nos novos Estados Independentes



Fonte: STUERMER (2008, p. 7).

Nesse sentido, processos valorativos surgem em dinâmicas que os indivíduos sejam capazes de se identificar pertencentes a determinado lugar, por acreditarem que estão relacionados àquela nação pela identidade constituída por meio da diminuição de diferenças e acentuação de similaridades. O resultado é manifestação de um grupo coeso entre si capaz de, por uma ótica da política russa, promover vontades mútuas e se manter mais forte (ADLER, 1999).

Sendo assim, a memória soviética não é o processo de perda de identidade nacional das demais nações em relação à Rússia, mas sim a lembrança que essas já estiveram juntas, sendo algo positivo para todos os envolvidos. A Federação Russa vale desse mecanismo para explorar a política da memória e assim poder justificar os processos de expansão de poder (intimamente ligado à anexação de outros territórios) na região – estando, em muitos casos amparado pelo argumento de securitização, proteção mútua e integração necessária.

Com base na teoria construtivista apresentada anteriormente, o Estado russo tem a memória soviética como base material para que os indivíduos confiem em sua narrativa de busca de unidade identitária juntamente às ex-repúblicas soviéticas e, conseqüentemente, aplicação de instrumentos de poderio e expansão regional russos.

Porém, acontecida a mudança no mapa europeu no estabelecimento da CEI e a dissolução da URSS após a renúncia de Gorbachev ao governo de um Estado soviético que não existia mais, variados movimentos nacionais e de teor étnico, ligados à identidade de seu povo, surgem gerando problemas com a Rússia em determinados momentos que perduram até os dias mais atuais (OLIVEIRA, 2013).

Potências regionais às quais se valem de estratégia imperialista, acabam por recorrer a discursos dissuasivos (com teor de intervenção militar) caso os Estados menores, em condição de subordinação, não cumpram com suas expectativas, ameaçando assim sua posição dominante no polo de poder. O caso da relação russa com a Ucrânia e, por conseqüência, a crise da Crimeia demonstra isso de modo prático (DESTRADI, 2010).

4 As relações russas com a Ucrânia: a crise da Crimeia (2014)

O conhecimento sobre o histórico de interação entre Ucrânia e Crimeia é necessário, segundo Mielniczuk (2006),

(...) para a definição da representação que um país tem do outro. A partir dessa interação, são construídas as identidades estatais de ambos, que não podem ser reduzidas às identidades das elites que disputam o poder político dentro dos Estados. **Essas identidades dão origem a interesses**, que também não podem ser reduzidos aos interesses das elites de Ucrânia e Rússia. **As identidades demonstram o que os Estados “são,” e os interesses indicam o que os Estados “querem”**. Logicamente, não é possível “querer” algo sem “ser” alguma coisa (MIELNICZUK, 2006, p. 230, grifo nosso).

A vontade de ter sua independência total e plena em relação à Rússia levou a Ucrânia a um afastamento desde seus primeiros instantes como nação fora da União Soviética. Já em seu discurso de posse como presidente, em dezembro de 1991, Leonid Kravchuk, coloca o país como o mais recente Estado da Europa, na tentativa de imersão nas praxes europeias. A Ucrânia valer-se-á da CEI como uma medida processual de distanciamento da área de influência russa, onde apenas posicionamentos relacionados aos debates de desarmamento nuclear devem ser tratados com maior cuidado (MIELNICZUK, 2006).

As relações entre Ucrânia e Rússia, mesmo assim, não são amistosas. As raízes dos conflitos estão em temáticas como domínio do Mar Negro; controle e desarmamento nuclear; poderio marítimo e suas extensões; o território crimeu; a construção de identidade na história;

e a presença russa no território ucraniano – tanto em influência quanto em população. Sendo a ex-república soviética mais importante para a Rússia, a melhora das relações russo-ucranianas acontece em meados da década de 1990, com normalização do quadro imediato pós-colapso soviético (BUZAN; WÆVER, 2003).

Em termos de segurança, o status delicado doméstico ucraniano, combinado à relutância russa em aprovar a independência da Ucrânia e a inserção desse país no Complexo de Segurança Regional Pós-Soviético, acabam por ter ressonâncias negativas nas relações dos dois países. Com a identidade social fortemente afetada pela falta de aceitação de soberania²⁴ pelos seus pares – reverberando no declínio da autoestima²⁵ –, as relações Rússia-Ucrânia mantêm-se como um ponto de inflexão na política externa de ambos. No imaginário russo, o trio Rússia, Bielorrússia e Ucrânia são os países formadores da nação eslava e não podem se manter desvencilhados (MIELNICZUK, 2006).

Enquanto a Ucrânia faz parte da força de resistência representada pela GUAM²⁶, na busca de uma aproximação à Ucrânia e identidade nacional atrelada à russa, a Rússia procura por artifícios históricos de aproximação, além do fator populacional que é representativo dentro do país²⁷. Segundo Morrison (1993, apud MIELNICZUK, 2006, p.227), essa tratativa entre as duas nações “é afetado pelo caráter inaudito da situação pós-URSS, dado que ambos jamais haviam coexistido como Estados totalmente independentes (...) os países recorrem à própria história a fim de definir a maneira como proceder na interação”. Para Kuzio (2001, apud MIELNICZUK, 2006, p. 229), a própria tentativa de construção de identidade de ambos os países é a fonte de conflitos.

Para além, é viável ressaltar a aproximação ucraniana em relação ao Ocidente (União Europeia, OTAN e Estados Unidos), um dos motivos da eclosão da instabilidade política de 2014 e da crise da Crimeia. Na tentativa de se desvencilhar da influência russa, a Ucrânia

²⁴ Um país, ao ter o reconhecimento de sua soberania de imediato, provavelmente desenvolverá relações mais amistosas e benéficas para ambos os lados, com ações cooperativas e menor competição, já que as identidades estão sendo constituídas por similaridades e não por oposição.

²⁵ Imagens afirmativas realizadas por outros países são pontos positivos para a projeção de determinado Estado e seu poder no plano mundial.

²⁶ GUAM é um acrônimo para Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia em um acordo regional de desenvolvimento econômico e democrático, mas também como uma forma de resistência à atividade russa na Comunidade dos Estados Independentes e na região do espaço pós-soviético.

²⁷ Isso pode ser observado por meio do estudo feito por Miller (2010, p.24, tradução nossa): “A Ucrânia criou o seu Instituto de Recurso Nacional em maio de 2006. Ele coopera com ‘historiadores especiais’ do Serviço de Segurança da Ucrânia em seu trabalho de reescrita da história e com a Fundação Ucrânia 3000, liderada pela esposa do presidente ucraniano, Yekaterina Yushchenko. Vale ressaltar que o instituto ucraniano recentemente afirmou publicamente que não pode trabalhar com historiadores russos por razões ideológicas. As cabeças do instituto estão descontentes com o fato de que os historiadores russos vêem a fome dos anos 1930 como uma tragédia comum e não a tragédia do povo ucraniano sozinho.”.

termina por alargar o poder da OTAN e União Europeia em sua área de influência. A reação previsível da Rússia é uma contenção dessa proximidade e, em casos mais extremos, a dissuasão desse posicionamento (BUZAN; WÆVER, 2003).

Ao final da década de 1990, a Ucrânia já demonstrava o maior interesse em se relacionar com a OTAN e, conseqüentemente, não-alinhamento com a CEI e suas atividades militares. A visão da importância russa se tornou importante apenas em 2001 quando o país foi arrebatado por uma crise política doméstica em 2001, tendo o presidente Leonid Kutchma promovido a aproximação (BUZAN; WÆVER, 2003).

Dentre os problemas com a Ucrânia, o mais alarmante é a Crimeia. A província adquire importância por estar situada às margens do Mar Negro, em uma região que possui grandes ligações étnicas, identitárias e políticas com a Rússia. Seu posicionamento geográfico é estratégico devido a sua facilidade de aproveitamento comercial (canal que interliga o Mar Negro ao Mar de Arzov) e militar (base naval de Sevastopol) (BUZAN; WÆVER, 2003).

Posto isto, alguns acontecimentos marcam a tentativa russa de maior poderio regional por meio de um discurso identitário, de anexação e de recordações soviéticas nessa área. Um dos exemplos que pode ser analisado é o da Crise da Crimeia, ocorrida em 2014, com a disputa territorial entre Ucrânia e Rússia. Essa se vale da instabilidade no sistema político crimeu para trazer à tona o debate aos habitantes da república autônoma sobre a ânsia de se tornarem russos, já que a Crimeia “sempre foi e sempre será parte da Rússia” (G1, 2014).

Fazendo uma retomada dos acontecimentos responsáveis pela eclosão da crise em 2014, tudo se inicia em novembro de 2013, com a recusa do presidente da Ucrânia Viktor Yanukovich em assinar o Acordo de Associação que promoveria aliança ucraniana com a União Europeia, representando um afastamento do Ocidente. Inúmeros protestos emergem tomando a região de Kiev como forma de pressionar a assinatura por parte do governante e como uma reação em relação ao empréstimo russo recebido – a manifestação mais aclamada é a tomada da Praça Maidan e a invasão do palácio do governo.

Perante a essa situação problemática, Yanukovich sai do país, por meio de ajuda russa, e o Parlamento o destitui de seu cargo. Com a instabilidade política intensa e diversos outros problemas, a Ucrânia entra em um estado de conflito doméstico, marcado pela forte influência de agentes externos, devido à sua importância no arranjo internacional.

Em um cenário de governo fragilizado, forças militares em combate em diversos pontos do país e com o intuito de contenção de protesto, a Rússia viu a oportunidade perfeita para que exercícios militares fossem iniciados na região da Crimeia, com forças na base militar do país

presente no Mar Negro e também na fronteira com a Ucrânia. Com ideia de continuidade da instabilidade política que beneficiaria suas ações na região, há alegações de participação e apoio russo a invasões de ucranianos a construções do governo (ALT, 2015).

A região crimeia por estar localizada no Leste, devido aos laços históricos, ideológicos e identitários, aproxima-se mais do posicionamento e das ações da Rússia do que com o novo governo instituído na Ucrânia, com bases pró-Occidente. Isso se comprova por meio de referendo realizado em março de 2014 em que a autodeterminação da população é majoritariamente russa, com maioria esmagadora (aproximadamente 97% dos votos) buscando a separação da Crimeia do território ucraniano (ALT, 2015).

Outro referendo realizado anteriormente ajudou na justificativa moral e jurídica de anexação da Crimeia pela Rússia: o Referendo Potemkin²⁸, realizado em 1991. Além do que, mais uma vez, a Rússia vale-se da história para validar e sustentar sua atividade em solo crimeu por meio do argumento de *Russianness*²⁹. Vladimir Putin, em discurso oficial, retoma a memória compartilhada de glória e orgulho compartilhados e a continuidade de importância e indissociabilidade entre as pessoas que compõem aqueles dois territórios (CHARRON, 2016).

Putin, como estadista exemplar, “atribuiu ainda à Criméia um profundo significado espiritual para a Rússia e seu povo (...) uma valiosa importância civilizadora e até sacra para a Rússia como o Monte do Templo em Jerusalém para seguidores do Islã e do Judaísmo”. (CHARRON, 2016, p. 231, tradução nossa). Para além disso, a memória soviética é usada pelo governante como instrumento chave para retomada da narrativa russa na Crimeia por meio da nostalgia.

A Crimeia tem uma forte relação com o passado soviético e, como resultado, no imaginário atual da Rússia. Para além da cultura, presença massiva de população russa na região, tradição literária e importância geográfica, há também a importância turística que remonta o passado. Olena Nikolayenko (2008, apud CHARRON, 2016, p. 233) propõe que a nostalgia presente em gerações crimeias que viveram o período soviético e mais recentes em relação ao modo de vida associado à URSS faz com que busquem a proximidade em relação à Rússia.

²⁸ Em 12 de junho de 1991, o povo de Leningrado foram às urnas votarem no referendo que poderia modificar o nome da cidade para o original, São Petersburgo. A decisão popular se efetivou em 6 de setembro de 1991. Contudo, a região manteve seu nome soviético – Oblast de Leningrado, tendo São Petersburgo como capital. Com a mudança do nome, há o afastamento ideológico da Rússia das ações promovidas por Lênin, mostrando que o discurso da política de memória soviética está em conjunto à força da unidade das nações e não do modo social e econômico ao qual a União Soviética pleiteava suas políticas.

²⁹ Aquilo que está diretamente relacionado à identidade da Rússia e de seu povo, cultura, história ou língua. Refere-se à ancestralidade russa, bem como a dos povos da antiga União Soviética.

Mais do que para os crimeus, a população de etnia russa – tanto presente em solo nacional quanto nas demais nações formadas após o colapso – salienta a importância de retomada da memória soviética pelos seus semelhantes. Para a maioria deles, essa nostalgia além de trazer um sentimento de tristeza pela ruptura e supressão cultural, de valores e identitária, também representou uma perda de território significativa e, logicamente, uma perda de influência e protagonismo existente durante a existência da antiga entidade estatal.

Em síntese, conforme mostrado por Charron (2016, p. 233-234), as narrativas da Rússia sobre a Crimeia mostram “como uma região ligada intimamente à produção e memorialização dos mitos (...) relativamente a um estilo de vida soviético particular, a Crimeia tornou-se duplamente emblemática da nostalgia russa pela União Soviética; Isso representa uma perda tanto cultural como territorial”.

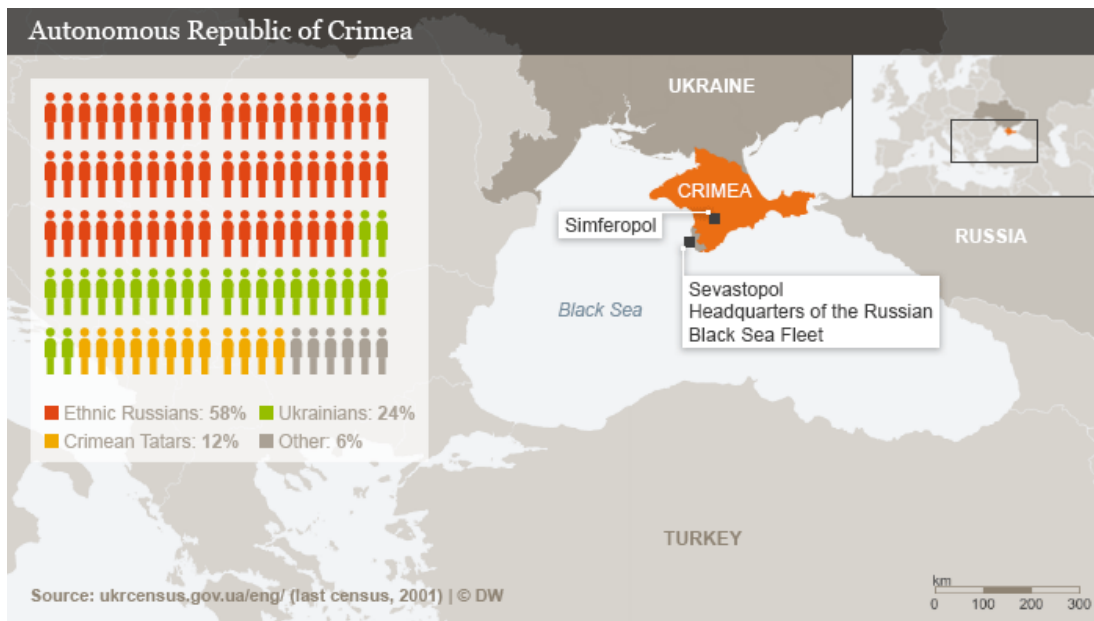
Em relação às narrativas da Ucrânia, os argumentos de pertencimento da região crimeia baseiam-se no Direito Internacional, assim como na comunidade internacional, que busca conter o aumento da área de influência da Rússia regional e mundialmente. As justificativas estão ligadas intimamente à defesa da soberania *de jure* quanto a Crimeia – mesmo que o fator *de facto* esteja aliado à Rússia. A integridade territorial ucraniana é a condição preponderante para manter a relutância, já que a historicidade conjunta capaz de desenvolver um senso nacionalista entre esses dois povos não é tão bem construída e desenvolvida como às reminiscências nacionais russas (CHARRON, 2016).

Um grande problema para a Ucrânia é seu povo ser minoria em território crimeu, onde é majoritariamente formado por indivíduos de etnia russa (a observação pode ser realizada por meio da Figura 3). Para mais, o povo crimeu não foi fortemente incluído e, muito menos de forma significativa, na concepção nacional e estatal ucraniana em comparativo com o mesmo quesito russo. Esse se torna um dos maiores empasses para que a integração efetiva ocorra, estando sempre rodeada da ameaça da Rússia e do sentimento separatista (CHARRON, 2016).

Assim sendo, pode-se dizer que:

A Rússia segue, na sua política internacional, o princípio da inviolabilidade das fronteiras resultantes do desmantelamento da União Soviética. O fato de a Crimeia fazer hoje parte integrante da Ucrânia já é incontestável. No entanto, a população da Crimeia é basicamente de língua russa. A Rússia irá, de qualquer das formas, ter uma influência na política interna da Crimeia. O “fator Crimeia” irá igualmente surgir sempre que se tratar da Frota do mar Negro. Isso é inquestionável” (ARISTOV, 2013).

Figura 3: Formação étnica da população na Crimeia



Fonte: DW (2017).

As narrativas destoantes de identidade nacional e historicidade supracitadas são recorridas a movimentar a Crimeia para algum dos posicionamentos (e lados) do embate entre Rússia e Ucrânia. A comunidade internacional, em um posicionamento dissuasivo em relação à Rússia, apoia firmemente o reconhecimento do território como ucraniano. Porém, com sua formação étnica em maioria russa, agregado à política da memória soviética ali aplicada, ao serem consultados (vide Tabela 1), é percebido o anseio pela autonomia da península, mas permanecendo ligada à Federação Russa como uma república autônoma. A maioria da parcela étnica russa que compõe a Crimeia também compartilha do mesmo entendimento.

Finalmente, a anexação da Crimeia, ocorrida em 2014, representa a extensão da política externa da Rússia que vem sendo desde os anos 2000: afastamento do Ocidente; preponderância regional; segurança mútua para aliados e ofensiva aos que forem contrários às suas perspectivas; retomada de poder e seu fortalecimento a nível global; e, por fim, mais participação nos assuntos globais do ambiente internacional (DIAS, 2013).

Tabela 1: Resultados ponderados mostrando a porcentagem de cada grupo étnico expressando uma dada preferência em resposta à pergunta da pesquisa: "Qual deve ser o status político da Crimeia?" (2011)

	Russians (N=375)	Ukrainians (N=198)	Crimean Tatars (N=134)	Others (N=78)	Total (N=785)
Remain an Autonomous Republic of Ukraine	21.1	49	46.3	43.6	31.6
Become an Oblast' of Ukraine	4	16.2	9	5.1	7.5
Join Russia as an Autonomous Republic	49.3	22.7	3	29.5	37.2
Join Russia as an Oblast'	12	3.5	0	5.1	8.4
Become an Independent State	11.7	7.1	32.8	12.8	12.8
Other	1.9	1.5	9	3.8	2.6
<i>Prefer Ukraine (with or without autonomy)</i>	<i>25.1</i>	<i>65.2</i>	<i>55.3</i>	<i>48.7</i>	<i>39.1</i>
<i>Prefer Russia (with or without autonomy)</i>	<i>61.3</i>	<i>26.2</i>	<i>3</i>	<i>34.6</i>	<i>45.5</i>
<i>Prefer Autonomy (regardless of state)</i>	<i>70.4</i>	<i>71.7</i>	<i>49.3</i>	<i>73.1</i>	<i>68.7</i>
<i>Prefer Oblast status (regardless of state)</i>	<i>16</i>	<i>19.7</i>	<i>9</i>	<i>10.3</i>	<i>15.9</i>
<i>Prefer Autonomy or Independence</i>	<i>82.1</i>	<i>78.8</i>	<i>82.1</i>	<i>85.9</i>	<i>81.5</i>

Fonte: CHARRON (2016, p. 253).

5 Considerações finais

Ao fim deste trabalho, é possível inferir que, historicamente, a Rússia possui um grande anseio em ter poder no sistema internacional, com uma política doméstica consolidada e uma política externa bem encaminhada. Com o fim da União Soviética, muitas etapas desse processo estão associadas a fatores de conflitos com as demais nações que integravam o bloco soviético; intervenção política; grandiosidade territorial e princípios expansionistas intrínsecos na sua administração; como também a uma constante busca por identidade nacional.

Com a liderança de Vladimir Putin, as análises em relação aos argumentos anteriormente citados ficam mais visíveis: a tônica doméstica; projeções na região; ampliação de área de influência regional e globalmente; impulsionamento do bloco euroasiático e da CEI; e a importância em manutenção da identidade. A identidade para o presidente russo é validada por meio de um comprometimento de ajuda e segurança mútua; proteção aos grupos étnicos russos na região pós-soviética; lealdade; e busca de similaridades por meio da política da memória soviética. Esses meios são apoiadores de intervenções militares, econômicas e políticas exercidas pela Rússia no local em que é o epicentro das relações regionais, limitada pelo Complexo Regional de Segura Pós-Soviético.

Sendo assim, a participação da Federação Russa na crise da Crimeia de 2014, embora justificada por meio de nostalgia e históricos soviéticos, é a representação prática das estratégias

de Putin para a sua vizinhança. Em um ambiente acessível para as práticas russas, com relativa aproximação ao Ocidente e com intensa instabilidade política, a Ucrânia se tornou o palco perfeito para que movimentações reacionárias moscovitas acontecessem.

O quadro geopolítico traçado após 2014 é de um possível novo imperialismo russo por meio de anexações de áreas estratégicas, sendo esse processo resultado de uma gradual evolução política, social, geográfica, estratégica, de segurança e identitária por parte da Rússia. Com a identidade da Crimeia vigorosamente ligada – e constantemente reforçada – à União Soviética e à Rússia, o objetivo último russo de reunificação do espaço pós-soviético conserva-se em desenvolvimento.

Referências

ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Revista Lua Nova**, vol. 47, p. 201-252, 1999.

ALT, Vivian. **O conflito da Ucrânia e a guerra de informações**. 2015. Disponível em: <<http://politike.cartacapital.com.br/o-conflito-da-ucrania-e-a-guerra-de-informacoes/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

ALTMAN, Max. **Hoje na História: Gorbachev renuncia à presidência da URSS**. 2009. Publicado em Opera Mundi. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/2362/conteudo+opera.shtml>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

ARISTOV, Mikhail. **Crimeia foi a pérola da coroa do Império Russo**. 2013. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2013_04_19/Crimeia-foi-a-p-rola-da-coroa-do-Imp-rio-Russo/>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ARMSTRONG, J. A. **Nations before nationalism**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 1982.

BERTONHA, João Fábio. Estados Unidos, URSS/Rússia e os equilíbrios e desequilíbrios estratégicos e militares entre 1989 e 2016. **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, Brasília, v. 17, p.1-16, 2016.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 68-89.

BUSYGINA, Irina. Russia: The Federal Relations' Impact on Foreign Policy. In: FLEMES, Daniel. **Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**. Burlington: Ashgate, 2010. Cap. 11. p. 223-235.

BUZAN, Barry. **People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. 1. ed. Colchester: Ecpr Press, 1991. (The Classics).

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. [s.i.]: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998. 239 p.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. **Cambridge**: Cambridge University Press, 2003. 598 pp. (Cambridge Studies in International Relations).

CHARRON, Austin. Whose is Crimea?: Contested Sovereignty and Regional Identity. **Region: Regional Studies of Russia, Eastern Europe, and Central Asia**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.225-256, 2016. Johns Hopkins University Press.

COMITÊ Executivo da Comunidade de Estados Independentes. **Sobre a Comunidade de Estados Independentes**. 2017. Disponível em: <<http://www.cis.minsk.by/page.php?id=174>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

DESTRADE, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. **Review Of International Studies**, v. 36, n. 04, p.903-930, out. 2010. Cambridge University Press (CUP).

DIAS, Vanda Amaro. Construtivismo crítico: um novo olhar sobre o espaço pós-soviético e a crise na Ucrânia. **e-cadernos CES**, n. 19, p.182-194, 1 jun. 2013.

DW. **Historical tensions bubble up in Crimea**. 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/historical-tensions-bubble-up-in-crimea/a-17465196>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

FERREIRA, Leonídio Paulo. "A Rússia é como um urso ferido: forte, imprevisível e com uma longa memória". 2016. Entrevista publicada em Diário de Notícias, seção Mundo. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/a-russia-e-como-um-urso-ferido-forte-imprevisivel-e-com-uma-longa-memoria-5571411.html>>. Acesso em: 07 set. 2017.

FREIRE, Maria Raquel. Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e ações. **e-cadernos CES**, Coimbra, v. 19, p.7-30, 13 jun. 2013.

G1. **Entenda a crise na Crimeia**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/entenda-crise-na-crimea.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

HENDLER, Bruno. A Crise na Ucrânia e os Complexos Regionais em Segurança Internacional: um exercício analítico a partir da Escola de Copenhague. **Conjuntura Austral**, [s.i.], v. 5, n. 26, p.4-15, set. 2014. Bimestral.

HOPF, Ted. **Social Construction of Foreign Politics: Identities and Foreign Policies**, Moscow, 1955 and 1999. Ithaca: Cornell University, 2002. 320 p.

JULIÃO, Taís Sandrim. **Rússia e as estratégias de um país emergente**. Boletim Meridiano 47, São Paulo, v. 10, n. 108, pp.8-10, 14 jul. 2009. Bimensalmente. Publicado por Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1991. 675 p.

KOENIG, Peter. **Towards a Foreign Imposed “Political Transition” in Syria?: The Broader War, US Threats directed against Russia.** 2015. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/towards-a-foreign-imposed-political-transition-in-syria-the-broader-war-us-threats-directed-against-russia/5486307>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

LUIZ, Juliana Ramos. O Papel da Memória Histórica Imperial na Política Externa: França, Inglaterra, Rússia e Japão em Perspectiva Comparada. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3. 2011, São Paulo. **Anais.** Belo Horizonte: ABRI, 2011. p. 1 - 16.

MANOEL, Jones. **Por que a União Soviética tem imagem positiva na Rússia atual?** 2015. Publicado por Diário Liberdade. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/mundo/batalha-de-ideias/53476-por-que-a-união-soviética-tem-imagem-positiva-na-rússia-atual.html>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.223-258, jan. 2006. Semestral.

MILLER, Alexei. Russia: power and history. **Engaging History: The problems & politics of memory in Russia and the Post-Socialist Space**, Moscou, v. 2, n. 11, p.13-25, 2010. The Working Papers Series.

NETTO, Andrei. **Doutrina radical norteia ação de Putin na Ucrânia.** 2014. Publicado por O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,doutrina-radical-norteia-acao-de-putin-na-ucrania-imp-,1156128>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

OLIVEIRA, Luiza Santana de. **Comunidade dos Estados Independentes: repensando o imperialismo russo.** 2013. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/05/08/comunidade-dos-estados-independentes-repensando-o-imperialismo-russo/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

PAGDEN, A. **Lords of all the world: ideologies of empire in Spain, Britain, and France, c. 1500-c. 1800.** New Haven/Londres: Yale University Press. 1952.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia: desafios presentes e futuros.** Curitiba: Juruá, 2010. Rio de Janeiro, RJ: Ed Campus, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-214, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RADVANYI, Jean. **Moscou, entre demonstrações de força e influências sutis: voltar-se para Ásia para contrabalançar a hostilidade ocidental.** 2014. Publicado em Le Monde, Diplomatie Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1640>>. Acesso em: 20 out. 2015.

STUERMER, Michael. **Putin and the rise of Russia.** 2008. ed. Londres: Weidenfield & Nicolson, 2008. 177 p.

SUNY, Ronald Grigor. Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações. **Lua Nova**, São Paulo, v. 75, n. 1, p.77-96, 2008.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.47-80, jan. 2003. Semestral.

WÆVER, Ole et al. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. Copenhagen: Centre For Peace And Conflict Research Copenhagen, 1993. 221 p.

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: Ronnie D. Lipschutz (ed.), **On Security**, New York: Columbia University Press, 1995. 46–86 p.

WENDT, Alexander. Anarquia é o que os Estados fazem dela. In: **Monções** – Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 2, n.3, 2013.

ZHEBIT, Alexander. **A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?**. Rev. Bras. Polít. Int. 2003, vol.46, n.1, pp. 153-181.